



Negociações Internacionais: Tópicos Avançados - Serviços, Investimentos, Compras Públicas e Comércio Digital.

Professor

Luiz Ricardo Cavalcante

Carga Horária

40 horas

Datas dos Encontros

09 e 10 de maio

23 e 24 de maio

06 e 07 de junho

27 e 28 de junho

Horário

Sexta: 14h00 às 17h40 (1º horário)

Sábado: 09h00 às 12h40 (1º horário)

Ementa do Curso

A disciplina aborda temas avançados das negociações internacionais contemporâneas, com foco em serviços, investimentos, compras governamentais e comércio digital. Analisa acordos multilaterais e regionais, estratégias de negociação e os impactos regulatórios. O curso combina fundamentos teóricos com estudos de caso aplicados.

Objetivos do Curso

Ao final da disciplina, os alunos serão capazes de:

- Compreender a relevância política e econômica do comércio de serviços, do comércio digital e das compras públicas, bem como dos fluxos internacionais de investimentos;
- Entender as principais normas internacionais que regem esses comércios e fluxos de investimentos no contexto globalizado atual;
- Formular opiniões fundamentadas sobre os desafios e potenciais ganhos na regulamentação do comércio internacional de serviços, do comércio digital e das compras públicas, bem como dos fluxos internacionais de investimentos;
- Avaliar criticamente as principais disputas e decisões de tribunais internacionais sobre a regulamentação do comércio e dos investimentos;
- Apresentar uma visão crítica sobre a influência das dinâmicas políticas e fatores econômicos na regulamentação do comércio e dos investimentos, assim como sobre o futuro da regulamentação destes temas;
- Examinar normas internacionais e sua jurisprudência sobre comércio e investimentos para embasar posicionamentos em relação a regulamentações nacionais e internacionais que impactam empresas ou governos.

Metodologia de Ensino

- Aulas expositivas interativas e debates guiados;
- Estudo de casos reais sobre políticas e programas de governos e empresas;
- Leitura e discussão de tratados, jurisprudência, artigos acadêmicos e estudos de governos e organismos internacionais;
- Simulações de negociações internacionais.

É fundamental a leitura dos textos indicados nas leituras obrigatórias de cada módulo. Leituras complementares são aconselháveis a partir de interesses específicos dos alunos.

Forma de Avaliação

- Participação em sala (20%)
- Resenha crítica de política, tratado ou jurisprudência nacional ou internacional (80%)

A resenha crítica será estruturada em 4 atividades:

- *Exercício 1 - Resenha Crítica do Módulo I. Peso: 20%*
- *Exercício 2 - Resenha Crítica do Módulo II. Peso: 20%*
- *Exercício 3 - Resenha Crítica do Módulo III. Peso: 20%*
- *Exercício 4 - Resenha Crítica do Módulo IV. Peso: 20%*

A nota mínima para aprovação é 6.

Míni Currículo do Docente

Consultor Legislativo do Senado Federal na área de economia. Professor do Mestrado em Administração Pública do IDP. Graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Administração pela UFBA. Doutor em Administração pela UFBA (2004) com estágio de pesquisa na University of Illinois at Urbana-Champaign (UIUC). Atuou como Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) entre 2009 e 2014. Foi Professor Adjunto da Universidade de Brasília (UnB). Tem experiência nas áreas de desenvolvimento regional, políticas de ciência, tecnologia e inovação e finanças, nas quais tem diversas publicações em livros e periódicos.

Módulo I – O Regime Internacional dos Investimentos

- Globalização dos investimentos: influências políticas e impactos econômicos;
- O modelo tradicional dos Acordos Bilaterais de Investimentos (BITs): estrutura, disciplinas, jurisprudência e avaliação crítica;
- A participação do Brasil nos BITs;
- O modelo brasileiro de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI): estrutura e principais disciplinas;
- Modelos de acordos de investimentos da União Europeia e dos Estados Unidos: estruturas, principais disciplinas e jurisprudência;
- Regulamentação dos investimentos na Organização Mundial do Comércio (OMC);
- O futuro do regime internacional dos investimentos.

Leituras Obrigatórias

Modelo de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos do Brasil.

MONEBHURRUN, Nitish. Novelty in International Investment Law: The Brazilian Agreement on Cooperation and Facilitation of Investments as a Different International Investment Agreement Model. *Journal of International Dispute Settlement*, v.8, n.1, p.79-100, 2017.

Nadakavukaren Schefer, Krista (3rd edition, 2020), *International Investment Law. Text, Cases and Materials* (Edward Elgar), Chapter 1, p. 1-14.

Leituras Complementares

Alvarez, José E (2021), “ISDS Reform: The Long View”, *ICSID Review – Foreign Investment Law Journal*, Volume 36, Issue 2, Spring 2021, pp. 253-277.

Dunning, John (2000) “Assessing the costs and benefits of foreign direct investment: Some theoretical considerations”, in P. Artisien-Maksimenko (ed), *Multinationals in Eastern Europe* (Macmillan), p. 10-57.

Haeri, Hussein (2011) “A Tale of Two Standards: ‘Fair and Equitable Treatment’ and the Minimum Standard in International Law” *Arbitration International* 27(1), pp. 27-46.

Nadakavukaren Schefer, K (3rd edition, 2020), *International Investment Law. Text, Cases and Materials* (Edward Elgar), Chapter 4, pp. 207-337.

Exercício

Os alunos deverão responder a uma ou mais perguntas relacionadas às discussões e materiais abordados em aula. As questões poderão envolver a resolução de casos hipotéticos, a análise de aspectos específicos das políticas, normas ou controvérsias discutidas em sala, ou uma reflexão sobre os desafios da regulamentação internacional dos investimentos. A tarefa será distribuída ao final da aula de sábado.

- Data de Entrega: 18 de maio.

Informações/Leituras Adicionais

- Dumberry, Patrick (2022). “The “Minimum Standard of Treatment” in International Investment Law: The Story of the Emergence, the Decline and the Recent Resurrection of a Concept”. In *International Law and Time: Narratives and Techniques*, edited by Klara Polackova Van der Ploeg, Luca Pasquet, and León Castellanos-Jankiewicz, 381–404. Ius Gentium: Comparative Perspectives on Law and Justice. Cham: Springer International Publishing, 2022.

- ICSID, The ICSID Caseload – Statistics (Issue 2022-2),
https://icsid.worldbank.org/sites/default/files/publications/The_ICSID_Caseload_Statistics_2022-2_ENG.pdf
- Nadakavukaren Schefer, Krista (3rd edition, 2020), International Investment Law. Text, Cases and Materials (Edward Elgar), Chapter 3, p. 74-143.
- Nadakavukaren Schefer, Krista (3rd edition, 2020), International Investment Law. Text, Cases and Materials (Edward Elgar), p. 145-205.
- Nadakavukaren Schefer, Krista (3rd edition, 2020), International Investment Law. Text, Cases and Materials, (Edward Elgar), Chapter 5, p. 384-463.
- UNCITRAL (2019) Possible reform of investor-State dispute settlement (ISDS), Note by the Secretariat.
- UNCTAD (2013) Reform of Investor-State Dispute Settlement: In search of a Roadmap, IIA Issue Note N° 2, June.
- UNCTAD, IIA Issues Note No. 2 (July 2020), Investor–State Dispute Settlement Cases Pass the 1,000 Mark: Cases and Outcomes in 2019, <https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/diaepcbinf2020d6.pdf>.

Módulo II - Comércio Internacional de Serviços

- A globalização dos serviços e sua importância política e econômica;
- O comércio de serviços na OMC e no Mercosul;
- O Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (GATS): estrutura, principais disciplinas e jurisprudência;
- Compromissos bilaterais e regionais do Brasil em serviços;
- Desafios e tendências na regulamentação do comércio internacional de serviços.

Leituras Obrigatórias

Peter van den Bossche and Werner Zdouc, *The Law and Policy of the World Trade Organization*, London: Cambridge University Press, Fourth Edition.

Roy, Martin and Pierre Sauvé (2023), *Trade in Services for Development: Fostering Sustainable Development and Economic Diversification*, Geneva: World Bank and World Trade Organization.

The General Agreement on Trade in Services: An Introduction, WTO Secretariat.

Leituras Complementares

Leroux, E. (2007), 'Eleven Years of GATS Case Law: what have we learned?', *Journal of International Economic Law*, Volume 10, Issue 4, 1 December 2007, pp. 749–793.

Zhang, R. (2015), 'Covered or Not Covered? That Is the Question – Services Classification and Its Implications for Specific Commitments under the GATS', *WTO Working Paper ERSD-2015-11*.

Exercício

Os alunos deverão responder a uma ou mais perguntas relacionadas às discussões e materiais abordados em aula. As questões poderão envolver a resolução de casos hipotéticos, a análise de aspectos específicos das políticas, normas ou controvérsias discutidas em sala, ou uma reflexão sobre os desafios da regulamentação internacional de serviços. A tarefa será distribuída ao final da aula de sábado.

Data de Entrega: 01 de junho.

Informações/Leituras Adicionais

- Appellate Body Report, Argentina – Financial Services;
- Appellate Body Report, China – Publications and Audiovisual Products;
- Appellate Body Report, EC – Bananas III;
- Appellate Body Report, US – Gambling;
- Juan A. Marchetti and Martin Roy, *The TISA Initiative: An Overview of Market Access Issues*. Manuscript date: November 27, 2013. Available at: https://www.wto.org/english/res_e/reser_e/ersd201311_e.htm.
- OECD. *OECD Services Trade Restrictiveness Index: Policy Trends Up to 2025* (2025). Available at: https://www.oecd.org/en/publications/oecd-services-trade-restrictiveness-index_9953845b-en.html.
- Panel Report, China – Electronic Payment Services, paras. 7.508 - 7.636;
- Sauvé, Pierre (2023), "Services offer a springboard to jobs and growth in developing countries", *The Trade Post*, (September 19), Washington: World Bank. Available at <https://blogs.worldbank.org/trade/services-offer-springboard-jobs-and-growth-developing-countries>;
- WTO. *World Trade Statistical Review 2023* (2023). Available at: https://www.wto.org/english/res_e/booksp_e/wtsr_2023_e.pdf.
- WTO. Services trade growth hits new highs in third quarter of 2024. https://www.wto.org/english/news_e/news25_e/stat_03feb25_e.htm.

Módulo III - Comércio Digital e Regulação Internacional

- O comércio digital e sua importância na economia global;
- O comércio digital na OMC e no Mercosul;
- As abordagens da China, EUA e UE para o comércio digital;
- Compromissos bilaterais e regionais do Brasil sobre comércio digital;
- Inovações Regulatórias: Digital Economy Agreements (DEAs).

Leituras Obrigatórias

Acordo sobre Comércio Eletrônico da OMC.

Acordo sobre Comércio Eletrônico do Mercosul.

Susan Ariel Aaronson and Patrick Leblond. Another Digital Divide: The Rise of Data Realms and its Implications for the WTO. *Journal of International Economic Law*, 2018, 0, 1–28.

Mira Burri, The International Economic Law Framework for Digital Trade, *Zeitschrift für Schweizerisches Recht* 135 (2015), 10–72, available at: <https://ssrn.com/abstract=2602817>.

Leituras Complementares

Capítulo sobre Comércio Digital do CPTPP.

Fábio Morosini, Lucas Tasquetto, Marília Maciel. Navigating the Digital Divide: Challenges and Strategies for Latin American Countries in E-commerce and Data Governance Regulation, LAPEG Paper No. 01– Novembro, 2024.

Mira Burri (ed), Big Data and Global Trade Law (Cambridge University Press, 2021), available at:
<https://doi.org/10.1017/9781108919234>.

Exercício

Os alunos deverão responder a uma ou mais perguntas relacionadas às discussões e materiais abordados em aula. As questões poderão envolver a resolução de casos hipotéticos, a análise de aspectos específicos das políticas, normas ou controvérsias discutidas em sala, ou uma reflexão sobre os desafios da regulamentação internacional do comércio digital. A tarefa será distribuída ao final da aula de sábado.

- Data de Entrega: 15 de junho.

Informações/Leituras Adicionais

- Anupam Chander and Paul M. Schwartz, Privacy and/or Trade, *University Chicago Law Review* 90 (2023), available at: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.4038531>.
- Appellate Body Report, US – Gambling;
- Appellate Body Report, China – Publications and Audiovisual Products;
- EC. The EU's digital trade policy on the EU-UK Trade Agreement. Available at: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/757615/EPRS_BRI\(2024\)757615_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/757615/EPRS_BRI(2024)757615_EN.pdf).
- EU-UK Chapter on Digital Trade. Available at: <https://www.traverssmith.com/media/7280/tca-digital-provisions-4161-7010-7439-v1.pdf>.

- Mira Burri, María Vásquez Callo-Müller and Kholofelo Kugler, The Evolution of Digital Trade Law: Insights from TAPED, Trade Law 4.0 Working Paper No 4/2023 (forthcoming in World Trade Review Vol. 23, 2024), available at: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=4621230.
- Mira Burri and Anupam Chander, What Are Digital Trade and Digital Trade Law?, AJIL Unbound 117 (2023), 99–103, available at: <https://ssrn.com/abstract=4448664>.
- The International Monetary Fund, the Organisation for Economic Co-operation and Development, the United Nations, The World Bank and the World Trade Organization. Digital Trade For Development (2023), available at: https://www.wto.org/english/researbooksp/dtd2023_e.pdf.
- Secretaria de Comércio Exterior. Comércio Exterior Brasileiro de Serviços: Relatório Anual 2023. Available at: <https://balanca.economia.gov.br/balanca/servicos/relatorio/relatorio-servicos-2023.pdf>.
- UNCTAD. Digital Economy Report 2021: Cross-border data flows and development: For whom the data flow (2021). Available at: <https://unctad.org/page/digital-economy-report-2021>.
- USMCA. Capítulo sobre Comércio Digital. Available at: <https://ustr.gov/sites/default/files/files/agreements/FTA/USMCA/Text/19-Digital-Trade.pdf>.

Módulo IV - Compras Públicas no Comércio Internacional

- Importância política e econômica da contratação pública nos âmbitos doméstico e internacional;
- O Acordo sobre Contratações Governamentais da OMC, sua estrutura, principais disciplinas e jurisprudência;
- Compromissos bilaterais e regionais do Brasil em compras públicas;
- Uso estratégico das compras governamentais para promoção de políticas públicas;
- Desafios e tendências na regulamentação das compras públicas.

Leituras Obrigatórias

Arrowsmith, Sue and Anderson Robert (2011), "The WTO regime on government procurement: past, present and future" In The WTO Regime on Government Procurement - Challenge and Reform edited by Sue Arrowsmith and Robert D. Anderson (Cambridge University Press), Chapter 1, pp. 3 – 58.

Matsushita, Mitsuo (2006), "Major WTO Dispute Cases Concerning Government Procurement", Asian Journal of WTO and International Health Law and Policy, 1(2), pp. 299 – 316.

Acordo de Compras Públicas da OMC – versão 2012

Leituras Complementares

Arrowsmith, Sue (2021), "Recommendations for urgent procurement in the EU Directives and GPA: COVID-19 and beyond", In Public Procurement Regulation in (a) Crisis? Global lessons from the Covid-19 pandemic edited by Sue Arrowsmith, Luke Butler, Annamaria La Chimia and Christopher Yukins (Hart Publishing).

Semple, Abby (2017), "Socially Responsible Public Procurement Under EU Law and International Agreements: The GPA, CETA and the EU-Ukraine Deep and Comprehensive Free Trade Area", European Public Procurement and Public Private Partnership Law Review, Volume 3.

Davies Arwel (2011), "The national treatment and exceptions provisions of the Agreement on Government Procurement and the pursuit of horizontal policies" In The WTO Regime on Government Procurement - Challenge and Reform edited by Sue Arrowsmith and Robert D. Anderson (Cambridge University Press), Chapter 14, pp. 429 – 443.

Exercício

Os alunos deverão responder a uma ou mais perguntas relacionadas às discussões e materiais abordados em aula. As questões poderão envolver a resolução de casos hipotéticos, a análise de aspectos específicos das políticas, normas ou controvérsias discutidas em sala, ou uma reflexão sobre os desafios da regulamentação internacional das compras públicas. A tarefa será distribuída ao final da aula de sábado.

- Data de Entrega: 06 de julho

Informações/Leituras Adicionais

- Estados Unidos. American First Trade Policy, jan. de 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/presidential-actions/2025/01/america-first-trade-policy/>.
- Japan- Procurement of a Navigation Satellite. Request for Consultations by the European Communities. WT/DS73/1 GPA/D1/1, 1 April 1997.
- Korea – Measures Affecting Government Procurement. Report of the Panel. WT/DS163/R, 1 May 2000.
- MERCOSUL. Acordo de Contratações Públcas do Mercosul. Disponível em: <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/arquivos-e-imagens/2020/12/dec-37-2017-protocolo-de-contratacoes-publicas-cleaned-docx.pdf>.
- Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Capítulo sobre compras governamentais no acordo Mercosul e União Europeia garante política que vem sendo desenvolvida no MGI. Disponível em:

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2024/dezembro/capitulo-sobre-compras-governamentais-no-acordo-mercosul-e-uniao-europeia-garante-politica-que-vem-sendo-desenvolvida-no-mgi>.

- United States – Measures Affecting Government Procurement. Request for Consultations by the European Communities. WT/DS88/1 - GPA/D2/1, 26 June 1997.

idp